

Os Projetos para Brasília e a Construção da Identidade Nacional

Jeferson Cristiano Tavares

Mestrado pela EESC-USP

jctav@uol.com.br

O objetivo é analisar as características urbanísticas dos projetos para Brasília e identificar sua contribuição para a construção da identidade nacional. Foram propostos, para a Nova Capital, 32 projetos entre 1927 e 1957, dos quais 25 deles recuperados. A análise desses projetos é elaborada a partir de suas referências e de suas matrizes urbanísticas. A vinculação com a construção da identidade nacional dá-se a partir de sua contextualização e da caracterização desses projetos. Essa relação é marcada por um elemento comum presente nos projetos assim como na construção da identidade nacional: a dialética, ou seja, a ação de promover o diálogo entre elementos contraditórios, opostos. O texto, assim, introduz o tema, aborda os valores contextuais da dialética presente na cultura nacional e expõe os projetos urbanísticos e suas características. Cabe à conclusão, a relação entre as soluções propostas para a Nova Capital e a forma como contribuíram com a construção da identidade nacional.

Palavras-chave: Urbanismo - Brasília – Projetos

The objective is to analyse the urbanistics projects to Brasilia and identify its contribution to the nacional identity construction. Have been proposed to the New Capital 32 projects between 1927 and 1957 (25 of them were recoveredand analysed). These projects´analyses is worked out from its reference and urbanistics sources. The link with a national identity construction is the contextualization and characterization of these projects. The relation between the moments is marked for a comum element that is clear in the projects for Brasília and on the nacional identity construction - the dialectic, the action to cause a dialogue between oposite elements. The text introduces the theme, boards context values from the dialectic clear on national culture and shows the urbanistics projects and its characteristics. The conclusion do the relation between the solutions proposed and how they contribute with the national identity construction.

Introdução

“Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial.”¹

Demarcar um território urbano e estabelecer um símbolo comum para um povo ultrapassa o caráter de uma intervenção física. Essa atitude pode estabelecer novos valores sociais que agregam uma população em torno de um signo comum, possível de lhe transmitir esse sentimento abstrato, porém confortável, de identidade.

Assim, Brasília se insere no panorama nacional. Conforma uma nova cidade, redesenha o território e estabelece um referencial cívico e urbano para a população dentro do contexto de modernidade. Porém, do ponto de vista urbanístico, essa construção não se resume à figura ímpar do plano de Lúcio Costa. Retoma trinta anos de concepções urbanísticas e o ideal de uma capital federal cujos valores e desígnios expressaram sintomas autenticamente nacionais.

Esse texto, portanto, busca identificar nos projetos para a Nova Capital os elementos urbanísticos que expressaram a construção da identidade nacional.

Os projetos para Brasília, concebidos entre 1927 a 1957, trazem, nos seus desenhos e memoriais, a expressão desse anseio. Constroem, espacialmente, o desejo de uma cidade que integre o território, sintetize as artes nacionais e se consuma como expressão do seu povo.

Tendo em vista esses 30 anos de concepções e a totalidade dos projetos, pode-se comparar como as questões nacionais alteraram-se e se espelharam nos planos urbanísticos para a cidade capital.

Cada projeto, dentro do seu contexto, traz uma determinada carga ideológica em seus desenhos. Somam, à diversidade programática, resultados inusitados e esclarecedores do predomínio da cultura nacional. Embates historicistas, imobiliários, acadêmicos e técnicos ilustram a construção de um pensamento plural na conformação dessa identidade, ao mesmo tempo social e urbana.

¹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Brasília, cidade que inventei**, Brasília, 1991, p. 18.

Ao todo, 32 propostas somam ideais de uma nova cidade. Expressam variadas matrizes urbanísticas internacionais sob a tutela de um repertório brasileiro de experiências. Sobressaem, nesses projetos, concepções dialéticas e a singularidade autoral, elementos que os distinguem e os qualificam sobre as experimentações estrangeiras. E talvez resida nesses fatores a tonalidade tão autêntica e peculiar dessas propostas.

Os projetos, portanto, não se restringem à mera aplicabilidade de fórmulas ou modelos. Incorpora teorias e práticas aclimantando-as sob os auspícios de uma bem sucedida formação *moderna, urbana e nacional*. Três elementos que ao longo dos trinta anos redesenharam a expressão urbanística nacional. Assim, pode-se analisar esses projetos, compreendendo suas características e suas contribuições.

Propõe-se, primeiramente, a análise do conjunto dos projetos para Brasília à luz do seu contexto ideológico, artístico e político, buscando as matrizes referenciais e os resultados de sua aplicabilidade.

A seguir, busca-se, em cada projeto, os elementos urbanísticos que denotam os valores de identidade nacional e, simultaneamente, constroem a imagem de uma cidade nova capital.

A Construção da Identidade Nacional

“(…) As nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades.”²

No Brasil, a construção da identidade nacional remete-se aos séculos XIX e XX num conjunto de fatores derivados da iniciativa pública, bem como dos esforços e instituições autônomas e particulares.

Porém, independente da origem dessas ações um elemento tem se destacado sobremaneira nas análises desse processo. Identificada e teorizada por Antonio

² CANDIDO, Antonio. Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros). **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**, São Paulo, 6ª. Edição, Nacional, p. 120, 1980.

Candido³, a dialética entre localismo e cosmopolitismo predomina nas expressões da formação da identidade brasileira.

“Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos.”⁴

Assim, tomamos emprestada a essência de sua análise para poder traçar um panorama sobre os projetos de Brasília e seus envolvimento contextuais.

Não seria exagero afirmar que a espinha dorsal da formação da identidade nacional estrutura-se nessa dialética diagnosticada. Conformada através da relação entre antagônicos, através do diálogo entre opostos, esse elemento tem predominado como um fator constante. Portanto, é possível identificá-la nas mais diversas expressões sociais e comprovar a intencionalidade de um processo contínuo, inovador e coeso nessa construção.

Contínuo porque essas expressões (artísticas, sociais, políticas, etc.) vão beber nas suas raízes os valores tradicionais da sociedade, sempre referenciando o passado nacional. Inovador porque esse repertório histórico é incorporado e contraposto às atualizações estrangeiras, e modernizantes, transformando a visão sobre o passado outrora recuperado. Coeso porque busca-se o diálogo entre esses opostos como maneira de elaborar um produto contemporâneo. Assim, o produto final, ou o resultado prático (a obra de arte, a canção, a literatura, o projeto) retrata a dicotomia das suas estruturas e a necessidade da convivência entre elementos antagônicos.

“Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores. Isto significa o estabelecimento do que se poderia chamar um pouco

³ No conjunto de suas obras, as análises predominantes referem-se, à literatura nacional, entretanto incorporadas por outros autores, essas mesmas análises podem ser adotadas para o conjunto de expressões sociais (artísticas, políticas, econômicas e urbanísticas). Essa liberdade, aqui adotada, conduzirá nossas discussões, sobretudo no confronto entre a formação da cultura nacional e os projetos para Brasília.

⁴ CANDIDO, Antonio. **Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros). Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**, São Paulo, 6ª. Edição, Nacional, p. 109, 1980.

mecanicamente de causalidade interna, que torna inclusive mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas.”⁵

Assim se construiu/constrói a identidade nacional, recuperando suas origens autóctones, reinterpretando-as a partir das atualizações internacionais e moldando novos elementos que retratem essa formação.

E para compreender esse sistema dialético no urbanismo, tracemos uma panorâmica sobre as demais expressões.

A Expressão Cultural e Artística

Na cultura e nas artes, as diferentes obras, desde a *Semana de 22* e o *Movimento Antropofágico*, sistematicamente buscam constituir e refletir a realidade nacional através de imagens atualizadas pelas técnicas e tendências estrangeiras. Em pleno diálogo com os princípios internacionais, o Movimento Moderno – que abarca todas essas expressões – busca, insistentemente, um produto nacional atualizando suas raízes com o pensamento vanguardista.

Esse procedimento, de incorporar a limpeza formal aos tons gritantes da natureza brasileira, denuncia a dialética intrínseca a cada obra. Novamente o localismo e o cosmopolitismo dialogam a fim de desdobram-se em um produto autêntico e nacional.

“Quando os modernistas redescobriram o Brasil, passada a libertinagem do mundo sem culpa, da barafunda nacional festejada, reencontraram exposta a mesma fratura. Recém-inaugurado o decênio construtivo de 30, Mário de Andrade logo atinava com o nome pelo qual atenderia o problema nos clássicos publicados a partir de então. ‘Nossa formação nacional não é natural, não é espontânea, não é por assim dizer, lógica’, escrevia em 1931. Éramos uma tal ‘imundície de contrastes’ que os fenômenos culturais, de tão desencontrados, proibiam qualquer síntese interpretativa, pois nada lhe correspondia na vida real do espírito, ainda desconjuntada. Daí as

⁵ CANDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento, APUD ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico Literário na Periferia do Capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 30, 1997.

providências que passaria a tomar – sendo o nosso problema de formação -, no sentido coletivo do ‘alto nivelamento artesanal’ da inteligência brasileira em processo de atualização acelerada.”⁶

Formulado, esse processo encontra em Brasília um lugar e um momento da busca pela *síntese das artes*. Assim deu-se o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, 1959, em que, realizado em três cidades brasileiras, contemplou a diversidade da Bienal de Artes de São Paulo, a arquitetura moderna do MAM do Rio de Janeiro, e o canteiro de obras em que se havia transformado o Planalto Central durante a construção de Brasília. Legitimador, o evento sob liderança do crítico Mário Pedrosa, aponta para o reconhecimento da Nova Capital como um resultado cultural proveniente das ambições modernas nacionais.

A Expressão Política e Econômica

Na política e na economia os percursos não foram distintos. A nova forma de mecenato incorporada pelas ações da gestão JK predominaram como um apelo ideológico, além de transformador do território.

Buscando assimilar os grandes empreendimentos à idéia de eficiência, velocidade e desenvolvimento, o governo encontrou em Brasília sua *meta-síntese*. Construiu um símbolo de avanço tecnológico e nacionalidade ufanista e reforçou seu caráter propagandístico.

“Indubitavelmente, o projeto de Brasília respondia aos esforços de modernização implementados pelo Estado Brasileiro e aprofundados no Governo de Kubitschek, com a abertura internacional da economia. (...) A questão fundamental diz respeito ao fato de que a concepção estética do modernismo ‘simbolizava o espírito inovador dos programas desenvolvimentistas: enquanto doutrina de desenvolvimento, fazia eco a seus desejos de transformar radicalmente a sociedade por meio do exercício estatal a partir do seu centro.”⁷

⁶ ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico Literário na Periferia do Capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 18, 1997.

⁷ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura – São Paulo Meio de Século**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 81, 2000.

Os valores ideológicos sobrepuseram-se aos construtivos e elevaram a nova capital ao *status* de síntese de sua política. A grandiosidade e o arrojo do empreendimento serviram de resposta técnica aos problemas cotidianos dos grandes centros urbanos. Além, evidentemente, de consagrar a urbanização do país, em que na década de 50, pela primeira vez, a população urbana superava a rural.

A economia, provando igualmente da dicotomia entre os passos arcaicos da agricultura e do dinamismo industrial, refletiu suas transformações a partir de 1956, quando a renda do setor industrial ultrapassava, pela primeira vez, a renda do setor agrícola.

Assim, a integração nacional era proposta a partir de um jogo articulado entre ações estatais de grande visibilidade (como obras de estradas por todo o país, interligando as principais capitais à Brasília), formulações ideológicas (como a construção da nova capital sob os auspícios de uma cidade modernizante) e a formulação de uma economia igualmente plural (com forte presença do mercado internacional). Fatores que se confluíram num conjunto de ações a fim de construir uma nova imagem do país.

Somados, esses esforços conformaram um cenário nacionalista e empolgante, articulando os anseios da população às ações que retratavam um ideal de nação. Na base, entretanto, prevalecia a substância dialética do desejo de promover o diálogo entre os opostos, nacional e internacional, rural e urbano.

Projetos para Brasília

“Todos comportam o sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo.”⁸

Foram propostos, para a Nova Capital, 32 projetos entre 1927 e 1957. Numa divisão cronológica, podemos enumerar 2 grupos. Aqueles que se concentram entre os anos de 1927 e 1948 (05 projetos), e os projetos concluídos entre 1955 e 1957 (27 projetos).

O primeiro grupo é marcado por propostas que reúnem a. profissionais das mais diversas áreas (agentes imobiliários, historicista brasilianista, engenheira, deputado

⁸ SCHWARTZ, R. Nacional por Subtração. **Que horas são?: ensaios**, São Paulo, Cia das Letras, p. 30, 1987.

federal, médico), *b.* espalham-se por um período cronológico extenso (aborda três décadas), e *c.* apresentam uma pluralidade de objetivos e vínculos (as propostas foram concebidas para valorização imobiliária das terras do planalto central, para a obtenção de título acadêmico, para homenagens e comemorações, etc.).

Os projetos do segundo grupo foram, todos, *a.* conduzidos por arquitetos ou engenheiros (em alguns casos houve a participação de equipes interdisciplinares), *b.* concentram-se num período cronologicamente restrito (apenas 2 anos), *c.* foram promovidos pela iniciativa pública (o plano de 1955 serviu como base de estudo do local escolhido, e os demais decorreram do Concurso público, em 1957, para a escolha do plano definitivo) e *d.* apresentam um diálogo com a cultura urbanística nacional (as referências encontradas são similares e constantes).

Analisar esses projetos permite-nos identificar as características que apontam, igualmente, para a dialética intrínseca a cada proposta. Eles constroem-se a partir de um repertório de matrizes internacionais e nacionais / locais e cosmopolitas. Incorporam teorias e práticas recorrentes da cultura urbanística e propõem um diálogo entre posturas tidas como contraditórias. São recorrentes os casos em que num mesmo projeto encontram-se referências aos princípios *sitteenos* e *corbusianos*, aos de cidade-jardim e ao racionalismo *bauhausiano*, às posturas sanitárias e ao monumental barroco.

Esse repertório, assim, é direcionado à construção de um símbolo da nação. As soluções articulam-se para criar uma cidade capaz de responder aos anseios nacionalistas do período. Ou seja, o exercício em unir os opostos, pôr em diálogo posturas dualistas, repercute formalmente em soluções que se remetem ao sentimento nacional, algo autenticamente brasileiro diante da diversidade cultural agrupada.

Novamente, a dialética ajuda a configurar uma etapa da construção da identidade nacional, identificada assim, nas soluções urbanísticas para a Nova Capital.

Para melhor compreensão, classificamos os projetos em 3 sub-grupos segundo suas soluções e vínculos estabelecidos com a cultura urbanística.

Abordagens Dialéticas

A. Redesenho do Território e Desenho Local

Duas abordagens distinguem-se na forma de implantação do projeto para a Capital Federal. Para os primeiros, conceber a Capital Federal significava intervir em todo o território nacional. Propor um novo desenho e articular todos os estados à nova cidade. Entretanto, para outros autores, esse desenho deveria restringir-se ao traçado da cidade, como um meio de identificar na sua própria forma a conotação nacional.

Para os primeiros, implantada no centro do país, a nova capital deveria intervir em todo o território nacional, sobretudo nas áreas pouco adensadas, e aproximar-se da maioria das capitais dos estados. Proporcionar desenvolvimento, segurança e ocupação em todo o país foram os argumentos recorrentes na decisão de interiorização da nova capital.

Assim, equipes interdisciplinares, em geral, propuseram cidades que não se limitavam à ocupação local, mas estendiam-na ao entorno regional e, em alguns casos, ao territorial.

As soluções contemplaram sistemas viários integrados, formas de expansão urbana, planejamento rural do entorno, exploração dos recursos regionais e níveis diferenciados de densidade para áreas específicas.

O plano de Machado (1948), primeiro a articular a Capital Federal a todo o território, propunha um novo sistema de comunicações terrestres (radial e perimetral) e marítimo para articular todo o país ao seu centro, à sua capital administrativa. Assim, o território estaria integrado e a cidade seria a responsável maior por essa coesão. Devemos lembrar que, menos de uma década depois, um extenso sistema viário era implantado no país, pela política juscelinista, como forma de integrar todos os estados à nova capital.

Os modelos de expansão da cidade também apresentaram ideais de ocupação do território, de forma controlada e organizada. As cidades-satélites, utilizadas por

Lacombe e equipe (1955), as células autônomas e núcleos lineares ao redor das estradas, como em Milman (1957), prevaleceram como instrumentos para absorver a população excedente e transformar um país ainda agrário em urbano.

Centros Rurais, cinturões-verdes, chácaras urbanizadas foram alguns dos modelos definidos, pelos planos de Cascaldi e Construtécnica (1957), para controlar o entorno regional da capital e promover o seu abastecimento e das cidades a ela vinculadas. Complexos esquemas de planejamento agrícola e rural (como vilas, silos, etc) confundiam-se ao próprio plano de desenvolvimento do país e do entorno da Nova Capital.

Contudo a contraposição dessas premissas, ou seja, o desenho específico do centro urbano, fechado e limitado ao núcleo administrativo, também buscava resgatar seu valor nacional. Esses autores buscaram diferentes escalas de monumentalidade, implantações restritas e afinadas ao sítio e desenhos urbanos distintos.

As formas de monumentalidade alternaram-se em intensidade. O projeto de 1927 e de Almeida (1929), incorporaram a forma tradicional de cidade fechada, com grandes eixos monumentais e uma malha diagonal sobrepondo-se à malha reticulada, a exemplo de Versalhes, Washington e Belo Horizonte. Outros, como o de Costa e STAM, apropriaram-se de um único eixo central para valorizar a função cívica e administrativa.

Devido à dimensão controlada e restrita, essas concepções buscaram a proximidade com as peculiaridades do sítio natural, como a aproximação ao lago criado especificamente para a cidade, e a valorização do ponto mais alto do sítio, este, predominantemente plano.

É curioso notar, ainda, a forma inusitada em explicitar a dimensão patriótica através do desenho da cidade. Conformando a bandeira nacional através do traçado viário, o plano de Schroeder demarca a área de implantação da cidade com um figurativismo nacionalista exacerbado.

Apesar das diferenças de posturas de planejamento, divididas entre local e regional, alguns planos articularam ambas, assimilando de forma conciliadora o traçado regional

nos resultados do desenho local da cidade. Alguns projetos basearam as soluções formais do centro urbano administrativo às soluções de redesenho territorial, como o projeto de Souza (1957). Permitiram, assim, a interferência entre o traçado de vias de comunicação territorial ao centro da cidade, uma metáfora da relação entre a parte e o todo. Um indício da profusão do diálogo entre os opostos.

B. A Técnica Normalista e a Estética Aplicada

Um conjunto relevante de projetos para a Nova Capital foi concebido com a predominância das técnicas contemporâneas, submetendo a plasticidade da cidade às soluções da engenharia urbana. Outro conjunto, porém, formulou o plano a partir das matrizes estéticas tradicionais e modernas, revelando um primor plástico em equilíbrio com as atualizações estrangeiras.

O primeiro grupo apóia-se nos conceitos de zoneamento, eficiência da infra-estrutura urbana e na necessidade em estabelecer uma rede de saneamento adequada ao sítio. As cidades contemporâneas, sem planejamento ou normas que a regularizassem formalmente, apresentavam problemas crônicos de transporte, saneamento, expansão, etc. Nesse período, os projetos para Brasília serviram como laboratório de novas experimentações.

As formas de zoneamento serviam para ordenar, formalmente, a cidade, estabelecendo setores monofuncionais, como em Portinho (1936) e Saraiva (1957). Procurando evitar a concentração de diferentes atividades num mesmo local, como ocorria nas estreitas ruas das grandes cidades, o zoneamento apontava para um rígido sistema controlador de usos. Nesses projetos, não só predominaram os princípios da Carta de Atenas, como também os modelos habitacionais de Distritos, Unidades de Vizinhança, Unidades Vicinais, Setores Industriais, Centros Administrativos, etc.

A eficiência da infra-estrutura deveria ser garantida pela distribuição de rede de energia elétrica e de transporte público por toda a cidade. Assim, o viário conforma-se como um dos importantes elementos desse sistema. Com tipologias retilíneas sobrepostas ao sítio (Santos, 1957), ou curvilínea, acomodando-se às curvas de nível (Camargo, 1957), as vias predominaram como elemento estruturador em grande parte dos projetos.

Os cuidados técnicos bem com as referências naturais do sítio (topografia e lago) conduziram a implantação da cidade apoiada pela facilidade de circulação, pelas altas velocidades e pelas plataformas integradores de transporte coletivo, como em Portinho (1936) e Costa (1957). Assim, o trânsito, usualmente lento e ineficiente nas grandes cidades, haveria de encontrar nas diferentes tipologias de cruzamentos e na hierarquização viária a solução matemática.

As redes de saneamento, como distribuição de água, captação do esgoto e drenagem das águas pluviais também interferiram na composição urbana. A reprodução, constante, de um eixo retilíneo em direção ao lago (STAM e Guimarães, 1957), cruzado por um arco na cota média do sítio, explicita a necessidade desses três serviços vitais para a cidade. Os dois eixos, implantados no sentido montante-jusante, auxiliam na distribuição da água e na captação dos resíduos líquidos e da drenagem, conduzindo-os em direção ao lago.

Entretanto, a busca pelo equilíbrio formal também repercutiu nas referências estéticas de então. A concepção de um ideal de cidade marcada pela sua forma física denotava a ideologia de cada período e buscava representar a sua conotação nacionalista.

Na busca de uma expressão estética que representasse seu valor nacional, os projetos articularam os centros convencionais aos centros cívicos, eixos monumentais a setores de habitação, parques e cinturões verdes à formulação de uma cidade moderna, fosse ela aberta ou fechada.

O centro cívico, evidentemente, foi predominante em todos os projetos. Implantado no ponto mais alto do sítio, ou no ponto de fuga do eixo monumental, denotava o caráter fundamentalmente administrativo da cidade (Costa, 1957). A ele articularam-se diferentes outros centros, de compras, negócios, lazer ou serviços. Essa composição buscava qualificar os espaços públicos e conferir usos aos espaços livres urbanos. A relação entre os edifícios garantia uma plasticidade entre cheios e vazios (Guimarães, 1957).

Os eixos monumentais assinalavam o caráter administrativo denotado pelos centros cívicos e contrapunham-se aos setores habitacionais. Ambos, entretanto, compunham a

maior parte de cada plano, articulando-se e formando o corpo principal da cidade (Lacombe, 1955).

As áreas verdes públicas foram garantidas nas praças, nos parques dentro da cidade ou nos cinturões verdes, ao seu redor. As grandes praças foram características, sobretudo, dos primeiros planos que apresentavam um traçado fechado, limitado pelas barreiras urbanísticas, com desenho clássico, acadêmico (Almeida, 1929). Os parques e o cinturão verde são característicos dos planos com traçados livres, sem fechamentos periféricos, atribuindo à abstração do desenho das áreas verdes um elemento simbólico limitante de expansão outrora desorganizada (Wilheim, 1957).

Curioso notar que, diante de ambos os grupos, identifica-se, apesar das predominâncias, que muitas das propostas buscaram no rigor técnico a valorização estética, e vice-versa, articulando ambas as posturas. Assim, não raras vezes, o eixo monumental também servia às redes de infra-estrutura, e os traçados pitorescos curvilíneos atendiam às formas de drenagem e contenção das águas pluviais. Ou, então, o traçado viário com seus inúmeros cruzamentos e hierarquias, emoldurava um quadro agradável de plasticidade com os edifícios dispostos em bucólicos parques urbanos.

C. Academicismo e Vanguardismo

A análise das referências e matrizes utilizadas nos projetos é, definitivamente, o mais forte indício da tentativa de articulação entre diferentes posturas urbanísticas na construção da capital federal como símbolo da nação.

Se não a totalidade dos projetos, a sua maioria experimentou da possibilidade em articular posturas e exemplos contrastantes numa mesma composição. Assim, formularam-se diferentes projetos sob um mesmo, e extenso, repertório urbanístico.

Nesse contexto, encontramos soluções que se dividem, por exemplo, entre o tradicionalismo acadêmico (sobretudo pela busca de equilíbrio entre as formas e traçados) e o vanguardismo modernista (representante de uma ideologia política nacional).

Vinculados à tradição acadêmica da Belas Artes, identificamos os primeiros planos para a Nova Capital, e alguns projetos concorrentes em 1957.

O plano proposto em 1927, sem autor conhecido, foi definido aos moldes das capitais tradicionais para incentivar a transferência da capital para o interior do país e, assim, valorizar as terras outrora escolhidas para a implantação. Definido a partir de duas malhas ortogonais sobrepostas em diagonal, estabelecia um jogo formal entre quadras e o traçado viário. Vinculado à mesma tradição, o plano de Almeida, de 1929, também definia uma cidade fechada e limitada por um traçado tradicional de malhas e eixos monumentais.

Participantes do Concurso de 1957, o plano de Sabóia e de Luna Dias referem-se a uma filiação eclética. O primeiro expressa em seu desenho os vínculos com a escola acadêmica do traçado artístico, preocupado com os eixos e perspectivas. O segundo, adota referências diversas, alternando-se entre exemplos de cidades da antiguidade e experiências orientais.

Os projetos que se vinculam ao modelo vanguardista também não se furtam em articular diferentes posturas. Estão presentes o ideário *corbusiano*, os princípios da Cidade-Jardim, de E. Howard, a definição de *core*, denominado *coração da cidade* pelo CIAM VIII, o exemplo de cidade linear de Soria y Mata, os princípios artísticos de Camillo Sitte, as experiências norte-americanas do RPAA (Regional Planning American Association) e das Unidades de Vizinhança, as experiências inglesas de legislação e de definição de New Towns e cidades-satélites, os exemplos nacionais e internacionais de cidades capitais (Belo Horizonte, Goiânia, Washington, Chandigarh), e os registros nacionais de intervenções urbanas de Pereira Passos, Saturnino de Brito, Prestes Maia, Anhaia Mello, Pe. Lebrét, entre outros.

Portinho, em 1936, propõe o projeto para a capital federal que mais se aproxima dos modelos *corbusianos*. Definindo um centro urbano para 2.000.000 de habitantes, articula uma cidade dividida em quatro zonas funcionais, demarcadas por eixos monumentais e blocos coletivos para a moradia. Ao invés de terraços-jardins em suas coberturas, praias artificiais atribuiriam usos peculiarmente nacionais.

O projeto de reestruturação do território nacional, de Machado, 1948, prevê um sistema viário unindo as formas radiais e perimetrais, como haviam sido consagradas no plano de Prestes Maia para São Paulo, buscando uma alternativa de engenharia para a comunicação terrestre de todo o país.

A proposta de Lacombe, 1955, além de propor a união formal entre a malha reticulada de Corbusier ao bucolismo do traçado *howardiano*, incorpora o modelo inglês de cidades-satélites para o crescimento da Nova Capital.

O conceito de Unidades de Vizinhança foi largamente utilizado. Experimentando variações em suas dimensões e disposições, teve em Costa e em Dias a sua aplicação explicitada como forma de aproximar a moradia às atividades cotidianas de comércio, serviços e lazer. As áreas residenciais foram, ainda objeto de estudo de salubridade no projeto da equipe de Milman, a fim de evitar edifícios que contrariassem os padrões mínimos de conforto.

A preocupação com os princípios artísticos de uma cidade, vinculada á tradição defendida por Camillo Sitte, pode ser notada na conformação dos diferentes centros (administrativos, cívico, comercial, etc) propostos no plano de Guimarães, onde a relação entre cheios e vazios organiza-se para buscar uma escala adequada entre o pedestre e a arquitetura proposta.

Células com crescimento autônomo que unidas conformariam uma cidade capital mantém um claro diálogo formal com o modelo proposto pelo conceito de Cidade-Jardim. Assim, os planos dos irmãos Roberto e de Camargo aproximam-se das cidades sociais de Howard, formadas quando da união das sete células da cidade-jardim.

Entre outras referências menos explícitas, mas igualmente utilizadas, esses projetos redesenham a forma de interpretar a cultura urbanística internacional. Recuperam exemplos teóricos e práticos e adapta-os segundo uma versão nacional. Assim, pesam a singularidade autoral e a liberdade remanescente de uma cultura que se propõe ao confronto de idéias, buscando o diálogo entre opostos.

Conclusão

“(…) Entretanto, todos souberam retomar criticamente e em larga escala o trabalho dos predecessores, entendido não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas.”⁹

O projeto de uma cidade expressa, a partir de seu desenho, os anseios e os desejos de um período. Conceber uma capital federal não exclui esse sintoma, afirma as pretensões através de um repertório variado e distinto. Ao tratar dos projetos para Brasília nota-se a fecundidade de soluções originadas desse repertório, comprovando a dualidade em articular argumentos distintos, ora nacionais, ora internacionais.

Paralelamente, a natureza das expressões culturais/artísticas, políticas/econômicas construíram-se pela dialética entre o nacional e o estrangeiro. Os projetos para Brasília, igualmente, não tardaram em articular essas diferentes matrizes e soluções numa mesma proposta. Formaram um repertório afinado de soluções urbanísticas e propuseram uma cidade ideal, que concentrasse nas suas funções não apenas o programa funcional administrativo, mas também, a carga simbólica de uma nação. A análise dessa totalidade, portanto, permite compreender os projetos em seu período. E qual a sua importância na construção de um símbolo e na afirmação de uma cultura urbanística.

Os projetos são propostos segundo uma peculiaridade contextual, retomando as necessidades locais e atualizando suas soluções através da incorporação de diferentes matrizes. Portanto, vislumbram um futuro inovador em que pesaram não o ineditismo de novas fórmulas, mas, ao contrário, a maneira como nas soluções propostas, foram articulados os consagrados paradigmas. Percebe-se que, na análise urbanística, os projetos para Brasília assimilam as mais variadas concepções estrangeiras e as reinterpretam sob a realidade e o repertório nacionais, fato que os fazem dialéticos, pois propõem o diálogo entre elementos opostos. Essa posição é afirmada, ainda, pelo tom abrazeirado das proposições em criar situações ou justificativas que construam mais que uma cidade, mas um símbolo a fim de agregar os valores nacionais.

⁹ SCHWARTZ, R. Nacional por Subtração. **Que horas são?: ensaios**. São Paulo, Cia das Letras, p. 31, 1997.

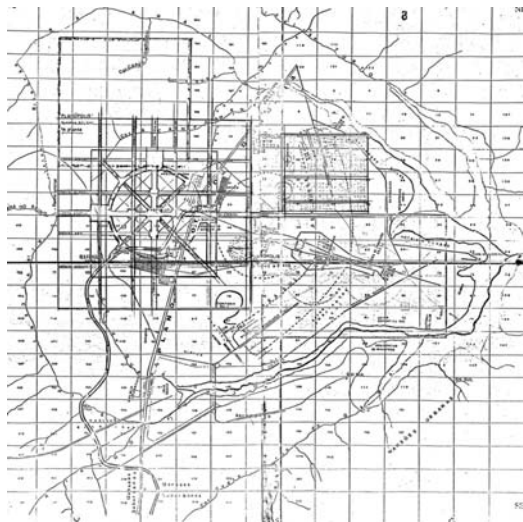
Os projetos propostos entre 1927 e 1948 correspondem a um período de diversidades econômicas e políticas. Suas soluções alternam-se entre desenhos acadêmicos e vanguardistas. Valorizam o espaço institucional e buscam reordenar o território.

Os projetos propostos entre 1955 e 1957 traduzem o pensamento urbanístico vigente. Incorporam diferentes matrizes e se direcionam a peculiaridades autorais. Seus resultados distanciam-se de qualquer modelo prévio e inovam no modo em articular diferentes referências.

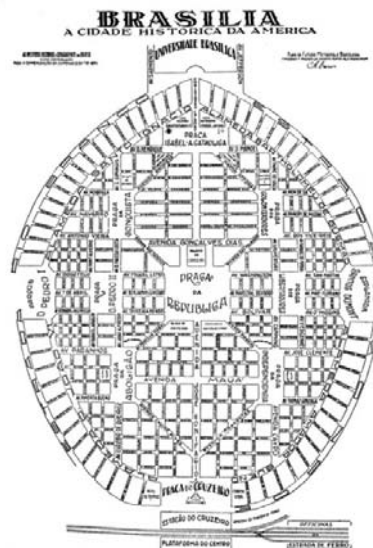
Ambos os grupos, a cada tempo, sintonizam-se com as transformações cotidianas, espelhando nas soluções espaciais os confrontos sociais.

Ora, se esses projetos assumem uma postura dialética em contrapor e integrar características locais e estrangeiras, e direcionam essas soluções para estabelecerem um marco nacional e autêntico, como desconsiderar sua colaboração na construção da identidade nacional através do viés urbanístico?

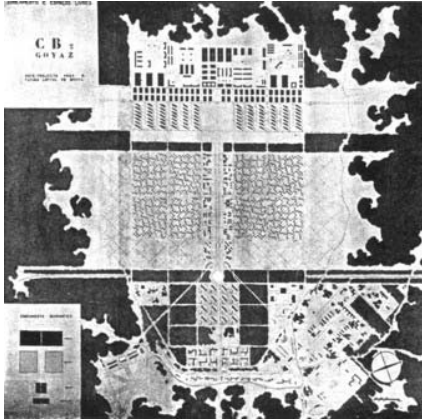
Os Projetos



01. Plano de 1927 – traçado acadêmico num projeto de cidade fechada, referências aos modelos de Washington e Belo Horizonte



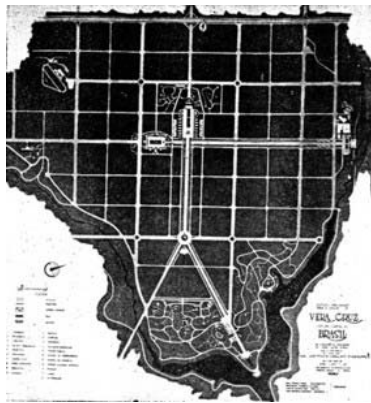
02. Theodoro Figueira de Almeida, 1929 – malha reticulada e diagonais compõem o desenho acadêmico de malhas sobrepostas



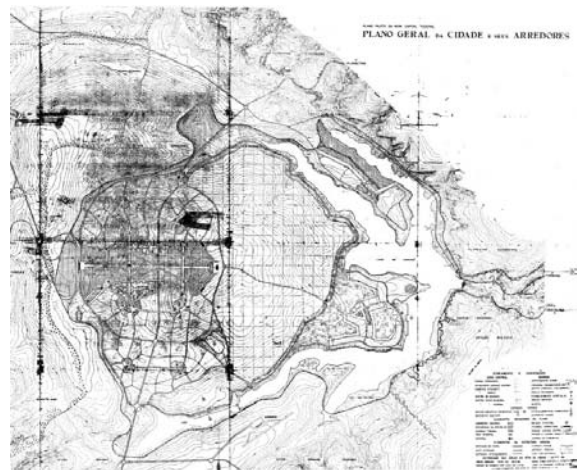
03. Carmem Portinho, 1936 – zoneamento funcional e pioneirismo nas premissas *corbusianas* de uma metrópole



04. Jales Machado, 1948 – reestruturação territorial através de vias radiais e perimetrais, como nas propostas de Prestes Maia



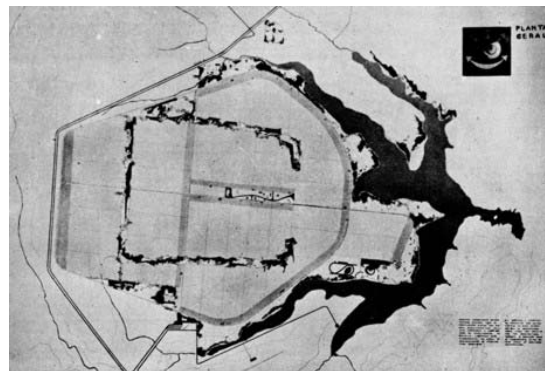
05. Roberto Lacombe, Raul Pena Firme e José de Oliveira Reis, 1955 – diversidade entre malha reticulada e sinuosa; e expansão urbana através do modelo inglês de cidades-satélites



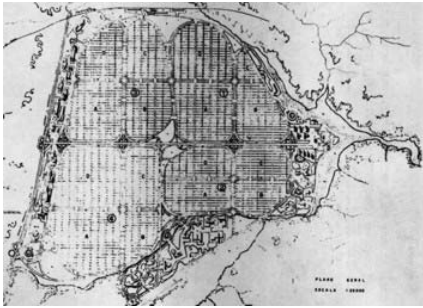
06. José O. Sabóia Ribeiro, 1957 – traçado acadêmico e distanciamento do lago como definidor das qualidades estéticas



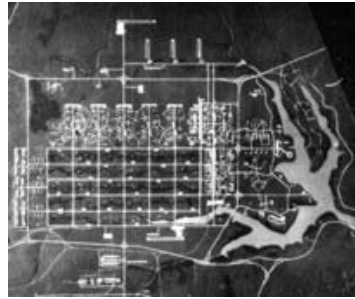
07. Boruch Milmann, João H. Rocha e Ney F. Gonçalves, 1957 – modelos de expansão por cidades lineares, como os exemplos de Soria y Mata; e conceito de salubridade para a implantação dos edifícios



08. Jorge Wilhelm, 1957 – hierarquização de 14 tipologias viárias; e o centro urbano imerso em um grande parque



09. Eurípedes Santos, 1957 – malha reticulada sobreposta ao sítio



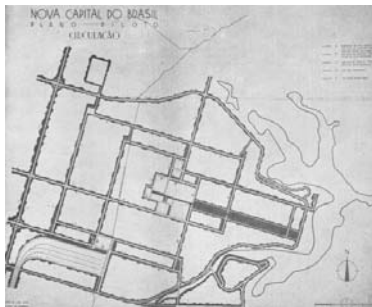
10. Carlos Cascaldi, J. Vilanova Artigas, Mário Wagner Vieira da Cunha e Paulo de Camargo e Almeida, 1957 – planejamento rural para o entorno



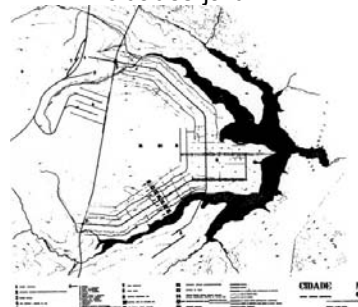
11. M. M. Roberto, 1957 – desenvolvimento em células, como nos princípios de Howard



12. José Geraldo da Cunha Camargo, 1957 – a capital compõe a cidade social, como nas cidades-jardim



13. Rubem de Luna Dias, Belfort Arantes e Hélio de Luna Dias, 1957 – plano estruturado em referências urbanísticas ecléticas



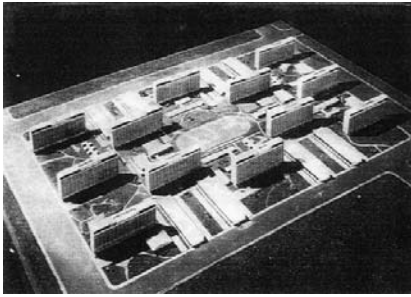
14. STAM, 1957 – eixo central para atividades administrativas e tráfego subterrâneo por metrô



15. Pedro Paulo de Melo Saraiva e Júlio José Franco Neves, 1957 – cidade disposta num grande parque e dividida nas 4 funções



16. Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luis Roberto Carvalho, 1957 – altos edifícios habitacionais reduziram a área ocupada



17. João Kahir, 1957 – blocos coletivos para as áreas habitacionais



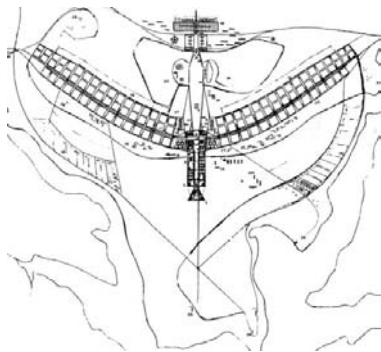
18. E. R. Souza e R. S. Vieitas, 1957 – serviços subterrâneos e influência do traçado territorial



19. Predial e Construtora Duchon Ltda., 1957 – figurativismo no traçado viário



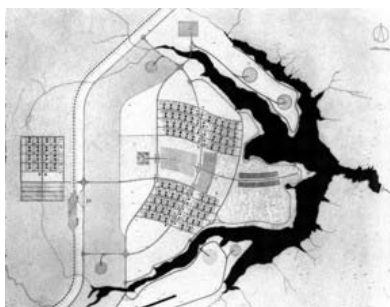
20. Pedro Paulino Guimarães, 1957 – infraestrutura urbana e princípios *sitteenos* como diretrizes urbanísticas



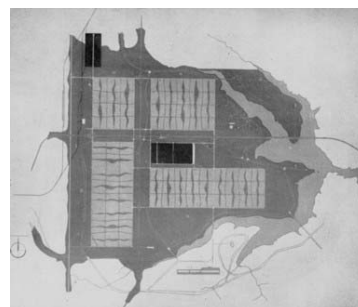
21. Lucio Costa, 1957 – eixo central para atividades administrativas e desenho subordinado aos sistemas de saneamento



22. Hernan O. Landa, Vigor Artese e Marcelo Rangel Pestana, 1957 – eixo central como imperativo técnico e estético



23. H. E. Mindlin e G. Palanti, 1957 – traçado sinuoso e blocos coletivos de habitação



24. Construtécnica S/A, 1957 – plano rural e desenvolvimento regional

